



AS DIVERSAS FACES DA DESIGUALDADE BRASILEIRA NOS ÚLTIMOS 50 ANOS

Ana Luíza Matos de Oliveira¹

RESENHA

ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajatórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

O livro “Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos” organizado por Marta Arretche a partir de 14 ensaios se propõe a analisar a evolução da desigualdade em suas múltiplas faces nos últimos 50 anos no Brasil, a partir dos dados do Censo.

No primeiro item (participação política), se examina como, com a eliminação formal da barreira educacional, o contingente de eleitores cresce de 7,4 milhões em 1945 para 135,5 milhões em 2010, especialmente com a inclusão dos mais pobres e menos escolarizados: as diversas constituições que teve o país definiam aqueles que poderiam votar ou não, sendo a maior barreira – a da exigência da alfabetização – sido retirada em 1985, ampliando a quantidade de possíveis eleitores. O primeiro item também discute como, entre 1988 e 2009, os conselhos municipais se expandiram no país, com destaque para as prefeituras com governos do PT: municípios governados pelo PT ao redor dos anos 2000 apresentam médias de conselhos sistematicamente mais altas que outros municípios, com aumento dessa diferença ao longo da década. Segundo autores do livro, municípios governados pelo PT entre 1996 e 2004 tinham, em média, 6,16 conselhos em 2010, contra 4,80 nos demais municípios.

No segundo item (educação e renda), mostra-se que se entre as décadas de 1960 e 1980 havia grandes barreiras que impediam a conclusão do ensino básico, mas, como hoje o mesmo está universalizado, essas barreiras foram movidas para o ensino médio e superior: os autores mostram que as taxas de conclusão destes níveis ainda são altamente condicionadas pela origem social. Também discute que a inserção de mulheres e negros no ensino superior ocorreu em carreiras com renda média mais baixa e com maior crescimento de formandos, mas que no entanto as mulheres avançaram mais em superar os gaps educacionais/salariais que os negros. Uma ideia controversa, no entanto, neste item é a de que teria sido a expansão dos níveis de escolaridade da população a causa da queda da desigualdade da renda do trabalho nos anos 2000, i.e., devido à maior oferta de mão de obra qualificada, o preço da mão de obra qualificada caiu. Os autores dão assim mais peso ao que tratam como queda do rendimento da mão de obra qualificada devido ao aumento da oferta, ao invés do enfoque nos aumentos de salários daqueles com menor qualificação (por exemplo, devido ao aumento do salário mínimo).

¹Doutoranda em Desenvolvimento Econômico IE/Unicamp, Campinas, SP. Brasil. E-mail: analubh87@gmail.com

No terceiro item (políticas públicas), mostra-se como aumentou o acesso a serviços básicos como energia, água, esgoto, coleta de lixo etc, mas com diferenciações regionais: segundo os autores, riqueza, redução da pobreza e acesso a serviços tiveram trajetória semelhante no Brasil dos últimos 40 anos. Neste item, outro autor aponta que energia elétrica e coleta de lixo se tornaram praticamente universais no meio urbano, ao passo que a cobertura de água se estagnou na faixa de 90%, também com diferenças de acesso de recorte regional: os pobres das metrópoles periféricas são os que enfrentam os graus mais elevados de precariedade.

No quarto item (demografia), trata-se da migração interna no Brasil e como esteve associada à dinâmica econômica: como a dinâmica econômica espacial se alterou ao longo do tempo, também se alteraram os fluxos migratórios internos. Outros autores também mostram como se reduziu a desigualdade da expectativa de vida (ao mesmo tempo em que aumentou a própria expectativa), com queda da natalidade e redução das desigualdades de gênero (que os autores chamam de “revolução silenciosa” pela crescente presença no mercado de trabalho e aumento da escolaridade femininos), e de como a igreja católica perdeu hegemonia no país (sendo, no entanto, ainda forte no meio rural), com o aumento da diversidade, circulação e de práticas e crenças não institucionalizadas.

No quinto item (mercado de trabalho), discute-se que a queda da desigualdade de renda nos últimos anos impulsionada pelo mercado de trabalho foi significativa, mas aponta que, pelo seu grande patamar, a desigualdade de renda é um problema duradouro no país: o país precisaria ainda de muito esforço para vencer a desigualdade. Outros autores ainda mostram que, em 2010, o trabalho assalariado tem papel central no país, com a generalização da chamada “mercantilização da força de trabalho”, quadro muito diferente do encontrado em 1960.

Assim, em linhas gerais, o livro é uma iniciativa ousada de apreender a evolução das desigualdades no país a partir de uma base de dados em comum e tem muito mérito por esta perspectiva multidisciplinar. No entanto, como o livro é fruto da contribuição de diversos autores e de diversas áreas, há pontos de vistas dissonantes. Por exemplo, em alguns dos ensaios, certos autores dão a entender que a redução da desigualdade nos anos 2000 (a partir dos dados da PNAD) parece ter sido fruto das evoluções que já vinham se acumulando nas décadas anteriores, não tendo pouca ou nenhuma diferença a reorientação da política pública no país nesta década (ou nos últimos 15 anos), com especial enfoque na renda e no emprego. Outros autores, no entanto, mostram que o papel das políticas públicas adotadas nos últimos 15 anos tiveram papel fundamental na redução de diversas facetas da desigualdade no país. Percebe-se então diferentes interpretações que, no entanto, fornecem um amplo panorama com elementos para discutir um fenômeno tão complexo quanto a desigualdade no Brasil.

REFERÊNCIA

ARRETCHE, Marta (Org.). **Trajетórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.